

## RECURSO - HABILITAÇÃO

À Prefeitura Municipal de Candelária/RS

Sra. Carla Denise Steinhaus

Presidente do setor de licitações

REF: Tomada de Preços nº 18/2019 -  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO DE  
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI.

**HM Engenharia e Projetos LTDA**, sociedade limitada, com sede à Rua São Manoel nº 455, Três Vendas, CEP: 96.065-530, cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 34.663.111/0001-08, neste ato representado por seu representante legal Sr. Matheus Ferreira de Souza, vem respeitosamente a presença de V.Sa. apresentar **RECURSO** para a habilitação da presente licitação, de acordo com as disposições do presente edital, assim como do art. 109, I, a da Lei 8.666/93, nos termos abaixo segue.

### I – DOS FATOS

A **Prefeitura Municipal de Candelária**, alega o não cumprimento do item 3.1.4 letra a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias, vencida, sendo julgada inabilitada por este motivo.

### II – DAS RAZÕES DA DEFESA

Primeiramente transcreve-se, na íntegra, o conteúdo do subitem 3.1.4 letra a

3.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

Nesta foi realizado o cadastro junto à Prefeitura Municipal de Candelária, no dia 28 de novembro de 2019, dentro do prazo estabelecido no presente edital. A documentação para o certame foi recebida no dia 01 de dezembro, junto a documentação foi anexado a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2.006**.

### III – DO DIREITO

Pesquisando sobre o caso, encontram-se casos semelhantes ao caso do presente certame.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina decidiu em situação similar, em julgamento de Mandado de Segurança, vejamos:

"TJ-SC - Reexame Necessário em Mandado de Segurança MS 269007 SC 2010.026900-7 (TJ-SC)

Data de publicação: 07/12/2010

Ementa: LICITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO VENCIDA. LICITANTE INABILITADA, POSSIBILIDADE DE CONFERÊNCIA DA VERACIDADE DA INFORMAÇÃO PELA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. IMPETRANTE QUE POSSUÍA O REFERIDO DOCUMENTO REGULARIZADO ANTES DA DATA LIMITE PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO E FALTA DE RAZOABILIDADE. ATO ILEGAL. SEGURANÇA CONCEDIDA, REEXAME DESPROVIDO. "Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da LICITAÇÃO é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação". (ACMS n. f rei. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Primeira Câmara de Direito Público, j, 21-6-2007)'

Dessa forma, verifica-se completamente desarrazoada a decisão desta Comissão de Licitação que culminou na inabilitação da Recorrente, inclusive, esse foi o entendimento do TRF da 5ª Região ao julgar mandado de segurança, vejamos:

"TRF-5 - Apelação em Mandado de Segurança AM5 82169 RN 2001.84.00.010099-2 (TRF-5)

Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA VENCIDA. IRREGULARIDADE SANADA COM O OFERECIMENTO DE UMA OUTRA CERTIDÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, ANTES DA ABERTURA DAS PROPOSTAS. INABILITAÇÃO DESARRAZOADA. ATENDIMENTO AO REQUISITO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA. 1. Conforme expressa previsão editalícia, poderiam participar do certame, na modalidade de tomada de preços, todos aqueles que atendessem as condições exigidas para cadastramento no sistema SÍCAF - Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores até três dias antes da data do recebimento das propostas, nos termos do art. 22, II, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666 /93, dentre as quais a apresentação de certidão negativa de falência e concordata para as pessoas jurídicas. 2. Desarrazoado o ato da impetrada que excluiu a impetrante do certame, pelo fato de ter apresentado a aludida certidão vencida, mesmo tendo, posteriormente, antes da abertura das propostas, oferecido uma outra certidão devidamente atualizada; tal irregularidade não tem o condão de obstar o atendimento da exigência quanto a capacidade econômico-financeira da impetrante, podendo, em princípio, concorrer em igualdade de condições com as demais licitantes. 3. Apelação e Remessa oficial improvidas."

Destarte, assim como nos tópicos anteriores, deve a Comissão de Licitação rever seu ato administrativo que inabilitou a empresa, pois a Irregularidade pode ser sanada com o oferecimento de uma outra certidão devidamente atualizada ou com uma simples consulta diretamente no site do órgão emissor, conforme já orientou o TCU como medida adequada a ser adotada pelo Presidente desta Comissão de Licitações, prezando pelos princípios da ampla concorrência, vantajosidade econômica e razoabilidade.

#### **IV – DO PEDIDO**

Em face do exposto, amparada nas razões recursais, requer-se à essa Comissão de licitação o recebimento do presente recurso administrativo para que seja a r. decisão reconsiderada por esta Comissão Julgadora a fim de que a Recorrente possa continuar participando do certame, extraindo-se para tanto a certidão destacada do site Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, oportunizando a comissão de licitação a seleção da proposta mais vantajosa.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Pelotas/RS, 09 de dezembro de 2019.

---

**HM Engenharia e Projetos LTDA**

Sócio administrador – CPF: 033.995.780-83

Matheus Ferreira de Souza